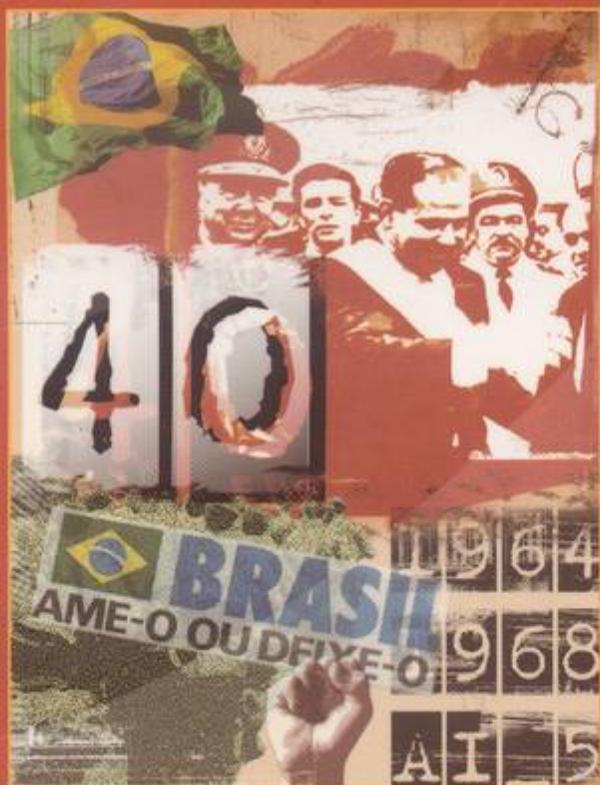


Comunicare

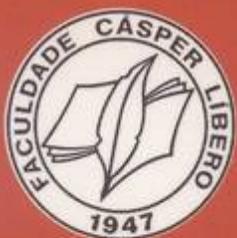
Revista de Pesquisa

Faculdade Cásper Líbero



Edição Especial:

- 40 anos do Golpe de Estado de 1964



Vol. 4 - nº 2 - 2º semestre 2004 - ISSN 1676-3475

CIP - Centro Interdisciplinar de Pesquisa

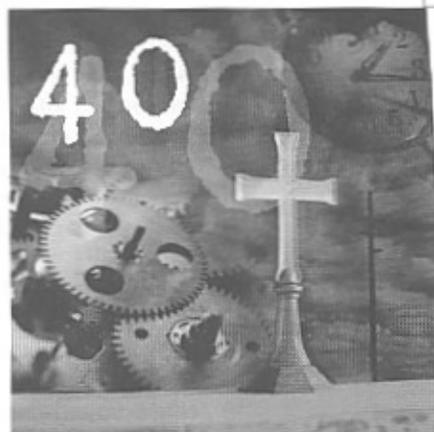
4
2

1964, hoje

1964, today

Celso Frederico

*Livre-docente em Ciências da Comunicação
pela ECA-USP
Professor da ECA-USP
Bolsista do CNPq
celsof@usp.br*



Resumo

O presente artigo, apresentado originalmente como conferência durante o Fórum 40 anos do golpe de Estado de 1964, faz um balanço das consequências sociais e políticas do golpe de 1964. O autor mostra que, ainda hoje, persistem os elementos fundamentais que cercaram os acontecimentos que antecederam a ações dos golpistas. Com isso, evidencia-se uma cumplicidade entre o passado e o presente, que aponta para a necessária reconstrução do tecido social brasileiro.

Palavras-chave: Estado brasileiro, Movimentos Sociais, Reformas políticas e sociais.

Abstract

This article, initially presented as a lecture during the Forum: 40 years of the 1964 Coup d'Etat, analyzes the social and political consequences of the 1964 Coup. The author demonstrates that, even at the present time, the fundamental elements which surrounded the events preceding the coup plotters' actions persist. Then, a complicity between the past and the present time becomes evident, pointing to the necessary reconstruction of the Brazilian social interlacement.

Key words: Brazilian State, social movements, political and social reforms.

Resumen

Este artículo, originalmente presentado como conferencia durante el "Fórum 40 años do golpe de Estado de 1964", hace un balance de las consecuencias sociales y políticas del golpe del 64. El autor muestra que aún hoy persisten los elementos fundamentales que estaban presentes en los acontecimientos que antecederon las acciones de los golpistas. Con ello, se evidencia una complicidad entre pasado y presente que apunta hacia la necesaria reconstrucción del tejido social brasileño.

Palabras clave: Estado brasileño, movimientos sociales, reformas políticas y sociales.

Estamos comemorando 40 anos do golpe militar. Quarenta anos depois, o que se pode falar sobre aquele momento histórico dramático?

Uma teoria na história afirma que o presente é a chave para se decifrar o passado. Encerrado um ciclo, é possível olhar para o passado e captar o sentido adormecido que, enfim, pode efetivar-se. O passado, portanto, é sempre melhor compreendido quando a história já se realizou. 40 anos depois, encontramos-nos perante um contexto muito complexo, pois o ciclo histórico ainda não se fechou. 1964 continua, infelizmente, muito atual. É claro que a realidade brasileira sofreu alterações pro-



fundas em 40 anos, mas o que estava em jogo em 64, os temas discutidos na época, ainda continuam na ordem do dia.

O que se discutia na época? Basicamente: a questão nacional, as relações conflitivas do projeto nacional com o imperialismo. Discutia-se, portanto, o papel do Estado no desenvolvimento econômico e social, as relações entre Estado e mercado e, finalmente, o tema mais

explosivo: as reformas estruturais, especialmente a reforma agrária.

Por isso, falar de 1964, hoje, é falar de um ciclo histórico que não se completou, que não se fechou. Ainda não podemos ter a postura de um arqueólogo que olha as sociedades que desapareceram e reconstitui essa história com exatidão, distanciamento e neutralidade. Nós mantemos ainda uma relação forte com esse passado, com esses 40 anos de história. Portanto, remexer 1964 implica tomar partido das querelas do presente, já que o que estava se discutindo na época continua ainda, infelizmente, atual.

Para analisarmos melhor 1964, temos de recuar até a Revolução de 1930 que le-

vou Vargas ao poder. Quando se fala em Vargas, geralmente, se faz uma associação entre varguismo e o fascismo, principalmente, porque a nossa Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) é uma cópia da *Carta del Lavoro* de Mussolini. É preciso, entretanto, entender melhor a história brasileira, captar a sua particularidade e evitar diluí-la em comparações forçadas e generalizações.

Vargas chegou ao poder em 1930, na sequência da grande Crise de 1929. O liberalismo e a economia de mercado não regulada pelo Estado levaram o mundo a uma catástrofe. Por isso diversos países foram forçados a modificar sua organização interna e seus projetos para o futuro, do que resultou a Revolução de 1930. É preciso considerar, no entanto, que o ideário político de Vargas não tinha nada a ver com o fascismo. Alfredo Bosi, em seu livro, *Dialética da colonização*, apresenta um estudo da formação ideológica do grupo político varguista na década de 30 e mostra que aquele grupo estava orientado diretamente pela filosofia positivista que circulava com muita força no cone sul.

Quem passou por um curso de introdução à sociologia deve lembrar que Durkheim via a sociedade como um *organismo*, uma espécie de corpo com várias partes coordenadas, tendendo ao equilíbrio. Para o pensamento positivista, cabe ao Estado o papel da *cabeça* do organismo — ele deve dirigir o organismo social. Com essa visão o grupo de 30 chega ao poder e procura fortalecer o Estado através do planejamento, desenvolvimento econômico e criação de sindicatos (entendidos, estes, como órgãos de colaboração com o Estado).

Além dessas mudanças na nossa sociedade, Vargas criou uma legislação social, consolidada em 1943, com a promulgação da CLT. A partir de 1930, a questão social deixou de ser um *caso de polícia*, alguma coisa restrita a esfera privada. Antes, uma greve era considerada desordem que, assim, teria de ser resolvida com a presença

da polícia, chamada para reprimir os "baderneiros".

A partir de 30, a questão social tornou-se uma *questão política*, pois o Estado passou a interferir nas relações entre capital e trabalho.

É preciso salientar que houve uma ruptura muito grande com o liberalismo que propunha a igualdade entre os indivíduos: o patrão e o operário, vistos como indivíduos privados, fariam contratos livres. A criação de um direito do trabalho pelo Estado varguista, a interferência do Estado nas relações de trabalho implica que os indivíduos não são mais considerados iguais. Vargas criou o salário mínimo, considerado na época (e muito tempo depois) como um escândalo, uma intromissão indevida nos contratos privados de compra e venda da força de trabalho.

Além disso, Vargas legalizou as greves, criou a representação operária na Justiça do Trabalho e mandou fiscais do Ministério do Trabalho às fábricas para investigar as condições de trabalho. De novo, uma intromissão na esfera privada.

Claro que essa intromissão do Estado criando uma estrutura sindical vinculada ao Estado é um tema bastante controverso. De um lado, trouxe benefícios inegáveis e, do outro permitiu uma relação promíscua entre o sindicalismo e o Estado, um incentivo ao peleguismo.

Ora, esse processo que vivemos a partir de 30 guarda uma semelhança com o que a Europa viveu depois de 1945, a formação do Estado do Bem Estar Social. Lá também, o Estado interferiu no contrato de trabalho e tornou-se parte do próprio contrato ao criar as empresas estatais.

Mas, vamos lembrar o que o Brasil conheceu antes desse processo. Nos países desenvolvidos, já vigorava o capitalismo monopolista; no Brasil, ao contrário, tratava-se de criar as bases para a implantação da indústria nacional. Assim, o Estado antecipou-se aos acontecimentos deixando, contudo, fora de sua agenda a

questão agrária que reaparece no Brasil no pré-64 com as ligas camponesas e, nos anos 80, com o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (o MST).

De qualquer forma, com esse modelo, segundo dados internacionais, o Brasil foi o país capitalista que mais cresceu no século XX. Tal modelo ficou conhecido como "nacional-desenvolvimentista". Graças a ele, tivemos um espantoso desenvolvimento num país agrário ("essencialmente agrícola", como se dizia) que sofria fortes pressões do capitalismo internacional. Vale lembrar que o governo Juscelino Kubitschek rejeitou a tutela do FMI que, desde aquela época, queria controlar a nossa economia.

O modelo "nacional-desenvolvimentista" conheceria um processo de radicalização reformista no governo Jango, no imediato pré-1964, quando a população saiu às ruas exigindo as reformas de base, a reforma agrária e a estatização das companhias estrangeiras. Nesse momento, o Brasil vivenciou uma mobilização social única em sua história. Segundo Jacob Gorender, no livro *Combate nas trevas*, o Brasil conheceu, no período, o maior movimento de massas da sua história. O país nunca esteve tão organizado para discutir o seu futuro, tanto no campo da política como também no campo cultural. Vamos lembrar que foi um momento altamente criativo na cultura: Bossa Nova, Cinema Novo, renovação do teatro, criação do Centro Popular de Cultura da União Nacional dos Estudantes – o país buscava, em todos os domínios, discutir um projeto para o seu futuro.

Com a radicalização, tivemos o Golpe de 64 que, como se sabe, não foi um raio caindo no céu azul – houve todo um movimento prévio, com levantes militares, com a renúncia de Jânio, etc. E mais que isso. O golpe militar no Brasil não foi um fenômeno isolado, pois inaugurou uma seqüência de golpes na América Latina.

Após 1964, o Estado passou a regularizar a fixação do salário. Portanto o sindicato

lismo perdeu sua função econômica e tornou-se apenas um órgão assistencial que oferecia médico, dentista e oculista. É por isso mesmo que a discussão sobre a questão trabalhista passa a ser vital no pós-64: vai orientar a oposição ao regime. A partir de 64 começou um movimento de reflexão, que marcou todo o período, sobre o significado do golpe e sobre as relações do sindicalismo com o Estado.

De 64 a 69 predominou uma avaliação negativa do passado, o que vai levar não mais a uma política de frente popular, como aquela que vigorou no pré-64, mas a uma política de confronto com o regime militar, que descartava qualquer etapa intermediária, qualquer apoio à burguesia nacional.

Mas, há um segundo momento que começa, mais ou menos, em 1973, com a retomada das greves operárias e a crise da economia brasileira. Em 1974, o MDB ganha as eleições no Brasil. Inicia-se, nesse período a longa crise da ditadura militar. A partir desse momento, a oposição dividiu-se em dois grandes blocos.

O primeiro procurou refazer aquela política que vigorara no pré-64, política de alianças com diversos segmentos da sociedade com o objetivo comum de derrotar o regime militar. Tratava-se da formação de uma frente democrática contra a ditadura, que se expressou no apoio ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), na luta, em 1976, pela Assembléia Nacional Constituinte e na luta pela anistia dos presos políticos. Emergiram daí a Unidade Sindical, a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) e, posteriormente, a Força Sindical.

De outro lado, surgiu um setor oposicionista muito crítico em relação ao pré-64, que se opôs à idéia de uma frente única contra o regime militar, ao voto nas eleições (pregando o voto nulo), e criticou a proposta de

Assembléia Constituinte de 1976, chamando-a de Assembléia "prostituída". Com esse discurso radical, esse setor lançou suas fichas no movimento operário. No final da década de 70, com as greves, surgiu o chamado "novo sindicalismo".

A expressão "novo sindicalismo" não é ingênua. Ela procurava opor-se a toda herança do pré-64 – àquele sindicalismo realizado por Vargas e continuado na época de Jango. Por isso, o "novo sindicalismo" pregava o fim do atrelamento do sindicato ao Estado; o monopólio de representação outorgada pelo Estado; o fim do imposto sindical; o fim da unicidade sindical, que deveria ser substituída pelo pluralismo sindical, isto é, a existência de vários sindicatos numa mesma categoria. Também o poder normativo da Justiça do Trabalho foi criticado em nome da livre negociação. Como se sabe, desse movimento surgiu um partido político, o PT, e a sua principal liderança, Lula.

Lula foi lançado como candidato a presidente e derrotado duas vezes, numa delas por Fernando Henrique Cardoso. Curiosamente, os inimigos do trabalhismo varguista ganharam um novo aliado. Em seu discurso de despedida do Senado, Fernando Henrique disse que o seu governo iria marcar o fim da era Vargas. E, de fato, nos oito anos de seu mandato, ele se dedicou a desmontar toda a estrutura montada pelo Vargas sem, entretanto, conseguir muito sucesso. Fez reformas na Previdência, privatizou as empresas estatais e aceitou a tutela do FMI sobre a economia brasileira.

Curiosamente, para surpresa de todos nós, o governo Lula parece empenhado em retomar esse ajuste de contas com a era Vargas. Eu gostaria de estar enganado, mas parece que a idéia de destino nacional foi descartada. Vivemos hoje sob um pragmatismo econômico. A política deixou de ser invenção social para se criar um país, para inventar um futuro. A política é apenas uma técnica de ajuste da sociedade ao

A história interrompida em 64 não parou e nem vai parar

movimento automático do capitalismo, do capital internacional. Vejam as medidas tomadas: primeiro a Reforma da Previdência, quando o Estado recuou para ceder lugar ao mercado. O Estado não é mais um protetor dos velhinhos, entregou essa tarefa para a iniciativa privada, para o capital financeiro. Na sequência, temos a ameaça de uma reforma universitária que pode sepultar a universidade pública. Fala-se de uma reforma trabalhista para o ano que vem, na qual toda a rede de proteção social está ameaçada. Ninguém sabe o que vai acontecer e quem decide é o Congresso...

Assim, podemos observar que, se o projeto nacional desenvolvimentista sofreu grande recuo no pós-64 imediato, isso, agora, está se completando. A ofensiva neoliberal não se dá só no Brasil, mas em toda a América Latina. O exemplo mais dramático é a Argentina – um caso curioso de reversão econômica. A Argentina, em 1914, tinha o PIB mais elevado que a França, portanto tinha tudo para ser uma grande potência. O que aconteceu na Argentina? Essa é uma questão bastante complicada. É um caso único de regressão.

Evidentemente, a roda da história não costuma girar para trás. Quarenta anos depois, nós temos a certeza de que nada será como antes. E eu me pergunto, e não tenho a resposta para isso, se é possível ressuscitar aquele projeto nacional desenvolvimentista que se implementou a partir de 30. Vejam bem: a questão nacional. Nós estamos vivendo o processo de globalização e um enfraquecimento do Estado-nação. Hoje, o nosso presidente viaja pelo mundo, pois quer ter uma expressão político-internacional, mas, na verdade, as

grandes decisões são tomadas pelas corporações econômicas, transnacionais. E, além disso, o ambiente político mudou muito. No período varguista, como na época de Jango, existia o bloco socialista se contrapondo ao bloco capitalista. Havia também o movimento dos países não-alinhados. Era um mundo plural. Hoje o mundo vive sob a presença militar americana. E o almejado desenvolvimentismo? É possível o "espetáculo do crescimento"? Num momento marcado pela terceira Revolução Industrial, que está cavando um fosso intransponível entre os países desenvolvidos e os países subdesenvolvidos, a riqueza se materializa nas patentes, nas invenções científicas, e não mais na produção agrícola e na indústria pesada. Então, como saltar do atraso econômico para a tecnologia de ponta? Essa é uma pergunta que eu me faço. Evidentemente que há aí espaço para a invenção política. É preciso ousar, inventar.

Para evitar prolongar em demasia minha fala, quero apenas acrescentar que, em minha vida, pude assistir a vários acontecimentos na história do Brasil. A história interrompida em 64 não parou e nem vai parar. A cada novo dia os acontecimentos irão nos surpreender. Vocês, jovens, têm como herança maldita uma dívida externa impagável e um terrível desemprego – até documentos do Ministério do Trabalho não falam mais em emprego, mas sim em "empregabilidade" (a capacidade de se transferir de uma função para outra). Aquela rede de proteção social montada na era Vargas está ameaçada. Portanto, cabe a vocês jovens a responsabilidade de refazer, de reconstruir, esse país devastado.